

**O MST no Pontal do Paranapanema-SP: para além da mídia e do mito de José Rainha**

Maria Celma Borges\*

---

**Resumo:**

A partir de entrevistas orais, reportagens de jornais e uma capa de revista dos anos 1990, entre outras fontes, visou discutir as representações da mídia impressa e televisiva sobre o MST no Pontal do Paranapanema-SP, especificamente na construção da imagem mitificada de José Rainha Jr., apresentado nesse contexto como a síntese dos sem-terra na região e no cenário nacional. O recorte temporal dos anos 90 dá-se por ser o momento em que foram projetadas imagens da personificação do movimento. Busco analisar esta construção, entendendo-a distante da realidade de milhares de famílias sem-terra, mas próxima da imagem tecida pelo próprio sujeito.

**Palavras-chave:** mídia; mito; MST

---

**Abstract:**

Based on oral interviews, newspaper reports and a magazine cover of the 1990s, among other sources, discuss visual representations of the print and broadcast media about the MST in the Pontal of the Paranapanema-SP, specifically in the construction of the mythologized image of José Rainha Jr., presented in this context as the synthesis of the landless in the region and on the national scene. The time frame of 90 years takes place because it is the time when they were projected images embodiment of the Movement. I try to analyze this construction, far from understanding the reality of thousands of landless families, but next image woven by the subject himself.

**Keywords:** media; myth; MST.

---

\* Doutora em História pela UNESP e Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Maria Celma Borges

## **Introdução**

Utilizando de fontes variadas, como entrevistas, artigos de jornais da imprensa nacional (*Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*); da imprensa regional (*O Imparcial*, de Presidente Prudente-SP), da *Revista Veja*, do MST e de anotações do Programa de Rádio AM Universal Ltda., de Teodoro Sampaio-SP, entre outras, este texto visa discorrer sobre o modo como se foi processando a fabricação de imagens no Pontal do Paranapanema, extremo oeste paulista, nos anos de 1990, particularmente na tentativa de construção da figura de José Rainha como se fosse a síntese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Início discutindo as contribuições da Teologia da Libertação para a definição dos princípios organizativos do MST, ao conceber os pobres da terra como sujeitos sociais de sua própria história. Ao mesmo tempo, dá-se a abordagem do contexto em que o movimento emergiu na região e cenário nacional na década de 1990.

### **O MST e sua história de lutas: construindo caminhos, desenhando lutas...**

Em fins dos anos 1970 e início de 1980 vários fatores contribuíram para que o MST surgisse no cenário nacional, como, por exemplo, a debilitação do regime ditatorial e o processo de abertura política, com a intensificação dos movimentos sociais no campo e na cidade. Percebia-se, então, que o “milagre econômico” tivera o seu tempo e explicitara a quem e a quais interesses ele havia servido.<sup>1</sup> Nesse contexto, as mazelas se mostravam mais evidentes, como a intensificação da violência sobre os camponeses e os envolvidos em suas lutas: padres, advogados, líderes sindicais etc. Nos anos 1970 vivia-se ainda a modernização da agricultura, derivando na expulsão, para as grandes cidades, de um enorme contingente de trabalhadores. Sendo assim, a origem do MST, como o próprio movimento reforça em suas publicações, está intimamente ligada aos problemas de

---

<sup>1</sup> Lenharo (1986, p. 11), na apresentação de sua obra, explicita o significado do que vivera o país no período denominado “anos de chumbo”.

seu tempo e às “lições históricas” de indígenas, escravos e camponeses difundidos pelo universo agrário brasileiro, desde a colonização, nas suas várias formas de resistência.

Frei Sérgio Görge (s/d), ao discorrer sobre a gênese do MST, a partir de ações ocorridas no Rio Grande do Sul, mas com enfoque sobre outras práticas no tempo e na história do país, explicita o sonho da “terra prometida” na organização dos sem-terra, tendo como desejo a conquista da “terra de trabalho”,<sup>2</sup> valor que advinha das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bastante inspiradas na Teologia da Libertação.<sup>3</sup> Trazendo em seu corpo político as marcas desta teologia, permeavam nas práticas do MST, em seu nascedouro, o desejo e o sonho da terra, cuja representação remetia à “terra de Deus, terra de irmãos”. A luta dos sem-terra, envolta na constituição de acampamentos, já nas primeiras ocupações, fundamentava-se na premissa da “terra para quem nela trabalha”. Foram centrais as contribuições da CNBB, em 1980, ao lançar em Itaici<sup>4</sup> o documento “Igreja e Problemas da Terra”, denunciando as migrações e a violência no campo brasileiro devido a concentração fundiária, do capital e do poder.

Na estrutura organizativa do MST, destaca-se, desde o início, a inexistência de uma organização centralizada em nomes ou mesmo em uma presidência, já que as instâncias de poder se dão por meio de colegiados, que tomam decisões, as quais partem desde a Direção Nacional aos coordenadores dos Núcleos de Base e vice-versa. Conforme João Pedro Stédile, em entrevista ao jornal *O Povo*, do Ceará:

---

<sup>2</sup> Para essa discussão, ver CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igreja e Problemas da Terra* (1980). Nesse documento, José de Souza Martins, assessorando a CNBB naquele momento, fazia uma distinção entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio”, salientando que ao homem do campo importava fundamentalmente a terra enquanto espaço mantenedor da vida pela possibilidade de nela trabalhar, criar os filhos, sustentar a família.

<sup>3</sup> Ressalta Fernandes (2000, p. 44) que “À luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação, as comunidades tornaram-se espaços de socialização política, de libertação e organização popular”.

<sup>4</sup> CNBB, op. Cit. (1980).

Maria Celma Borges

Desde a sua fundação como um movimento social, amplo, nós procuramos ir construindo princípios organizativos em nosso movimento a partir da experiência organizativa da classe trabalhadora ao longo da história. Sempre adotamos o princípio de direções colegiadas, sem presidentes ou disputas de cargos. Todas as instâncias são coletivas e com ampla participação de mulheres e jovens.<sup>5</sup>

Para a discussão do MST no Pontal do Paranapanema, com o olhar voltado para as práticas dos sujeitos nele imersos, faz-se necessário entender o contexto dos anos de 1990, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A década de 1990 no país foi um período marcado, “a ferro e fogo”, pelas políticas de contenção da reforma agrária, em ações como a criminalização de vários integrantes do MST e a efetivação de chacinas, a exemplo de Corumbiara (RO), em julho de 1995, e Eldorado dos Carajás (PA), em março de 1996. O acontecimento de Carajás foi interpretado como um dos maiores massacres realizados pela polícia militar no campo brasileiro, tendo como saldo a morte de 19 trabalhadores sem-terra.

Como resposta ao cenário de violências do governo FHC,<sup>6</sup> a palavra de ordem *Ocupar, Resistir e Produzir* permaneceu, sendo a ela incorporado o lema *Reforma Agrária: uma luta de todos*,<sup>7</sup> no III Congresso Nacional, ocorrido em 1995. Esta nova palavra evidenciava um objetivo claro para o movimento: a oposição política ao governo de FHC e ao seu projeto neoliberal, acirrando o conflito entre esses atores sociais.

Ainda que dados<sup>8</sup> apontem para o aumento no número de assentamentos no governo de Fernando Henrique Cardoso em relação aos governos anteriores, não é possível negar que este aumento decorreu da presença latente dos sem-terra no

---

<sup>5</sup> AGRONEGÓCIO e agricultura familiar são incompatíveis. O Povo/Ceará, 31 de março de 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/11471>. Acesso em 27/06/2011.

<sup>6</sup> Para uma discussão da *politização da luta pela terra* no Brasil, com o olhar para o nascimento do MST ao segundo governo de FHC, consultar COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp.

<sup>7</sup> MST. *Elementos Fundamentais da História*. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 21/09/2001.

<sup>8</sup> O texto de Bergamasco (1997) aponta para a “Realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números”, problematizando a questão dos assentamentos rurais nos dois primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de uma análise do I Censo de Reforma Agrária no Brasil, em 1996.

quadro político nacional e internacional, colocando, na ordem do dia, a questão agrária, ainda que a um preço bastante caro. Bergamasco (1997, p. 38), uma das responsáveis pelo I Censo da Reforma Agrária, em 1996, destacou essa questão, ao observar que

As denúncias contra os massacres de trabalhadores rurais, aliadas à realização do III Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1995, que decide pelo incremento das ocupações, faz emergir com muita ênfase o debate sobre a Reforma Agrária no seio da sociedade brasileira.

Ao ocuparem prédios públicos, bancos, praças e estradas, caminhando, em 1997, de várias partes do país, milhares de quilômetros até Brasília, homens, mulheres e crianças sem-terra desnudaram para a sociedade civil a chaga da questão agrária, fazendo que o governo realizasse projetos de assentamento há tempos engavetados.

Somando-se às medidas provisórias e decretos do governo de FHC, como proibição de que áreas ocupadas fossem vistoriadas e desapropriadas; estabelecimento do cadastro da terra pelos Correios; Banco da Terra; entre outros, deu-se ainda, nesse período, a “satanização” do MST pela fabricação de imagens e textos na imprensa, especialmente na revista *Veja*,<sup>9</sup> ao focar um dos coordenadores nacionais do MST, João Pedro Stédile, como se fosse o “demônio”. Também se materializava naquele momento, por essa revista e, particularmente, pelo maior canal de transmissão televisiva nacional, a TV Globo, a denúncia de corrupção nas cooperativas do MST. As reportagens de Josias de Souza, da *Folha de S. Paulo*, também traziam esse teor.

Esse quadro tornou-se propício para a tentativa de desqualificação do MST no Pontal do Paranapanema-SP e no cenário nacional. Para tanto, a figura de José Rainha Jr, apresentada como a síntese do MST, encontrou respaldo nos pequenos e grandes canais de comunicação. A “criatura” tornou-se, sob o olhar da mídia, maior que o “criador”. Isso se evidencia

---

<sup>9</sup> Capa. Revista *Veja*, Edição 1549, ano31, n.22, 03 de junho de 1998.

Maria Celma Borges

no presente, quando José Rainha não é mais autorizado a falar pelo MST, mas, ao revés dessa posição, em seu nome, ocupações de terra e assentamentos vão se desenhando pelo estado de São Paulo, partindo do Pontal e chegando à Araçatuba, por exemplo, pela personificação do líder. Estabelecendo acordos políticos à revelia de sua história de lutas, tal como da história de milhares de sem-terra, esse personagem busca apresentar-se, na atualidade, como para além do próprio movimento.

Em meio ao panorama de personalização das lutas, de violências, de assassinatos e prisões nos anos 1990, não foi aleatória a designação do IV Congresso do MST – “Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio” –, ocorrido em 2000, no Distrito Federal, a qual viria sinalizar para a necessidade de retorno ao campo. Enunciava, todavia, novas práticas em um tempo também novo. Naquele momento, o movimento retomava os valores que o fizeram nascer, denunciando que o latifúndio não se centrava exclusivamente na terra, mas também nos meios de comunicação de massa. A concentração desses meios de comunicação nas mãos de poucas famílias, bem como o viés conservador e um jornalismo orientado para as elites são questões apontadas por Azevedo (2006, p. 89) ao pensar a mídia e a democracia no Brasil:

Historicamente algumas das características mais notáveis do nosso sistema de mídia permanecem imutáveis: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência, no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes. Deve-se lembrar ainda o surgimento tardio da imprensa e dos jornais comerciais em nosso país e a centralidade e hegemonia da televisão em nosso sistema de mídia.

Ao ser indagado sobre o sentido da nova palavra de ordem, Zelitro, um dos coordenadores do MST em São Paulo nos anos 1990, fez considerações importantes: “[...] na verdade o MST precisava dar um salto de qualidade por um Brasil sem latifúndios: latifúndio da terra, do

sistema financeiro [...] do saber, dos meios de comunicação, que é um vasto latifúndio improdutivo que precisa ser ocupado”.<sup>10</sup>

Essa nova palavra de ordem implicou a percepção de que o latifúndio, em sua ampla acepção, permanecia fortalecido no cenário nacional, em ações sustentadas pelas políticas públicas e pelo poder da mídia, fortemente zelosos dos interesses de uma classe diminuta. Interesses dos meios de comunicação somados à predisposição de José Rainha Jr. contribuíram para um solo fértil na tentativa de constituição do mito.<sup>11</sup> As luzes dos holofotes das câmeras de televisão e do material impresso encontraram raízes nas ações do sujeito social. É sobre essa questão que o olhar agora se centra.

#### **Para além do mito de José Rainha...**

Por lidar com sujeitos em sua multiplicidade e por se tratar de um movimento e organização social vivenciando práticas também por meio das contradições, o MST defrontou-se com o desejo do indivíduo de ser mais forte que o coletivo. Utilizando instrumentais fornecidos tanto pela mídia, como pelas práticas do próprio sujeito, emergia o “mito” de José Rainha ou a fabricação de imagens. Mas o desejo de “mitificação” não se deu sem que ações sutilmente orquestradas se impusessem.

A busca de líderes, vistos como “cabeças do movimento”, exemplificou a personalização realizada pelos órgãos judiciais, pela interpretação da mídia, impressa e televisiva, por vezes, pela própria abordagem dos pesquisadores e dos movimentos sociais. Exemplos disso estão no fato de que, se pensamos em Palmares, vem à tona Zumbi como a síntese da luta dos quilombolas. Se a abordagem é a da Revolução Cubana, Che e Fidel são as expressões de toda a história de lutas. Se o tema é a Revolução Russa, Lênin é a história. O relato de José Rainha legitimou essa

---

<sup>10</sup> ENTREVISTA. Zelitro. São Bento, setor II, 30/04/2002.

<sup>11</sup> Sobre o conceito de mito, ver ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Maria Celma Borges

leitura, ao afirmar que esse modo de conceber a história faz parte da formação do povo brasileiro:

Como é que é a história do povo brasileiro? O povo brasileiro é assim. Sempre foi criado de figuras importantes. Ora, a figura de Tiradentes que marcou a Independência. Ora a figura de Zumbi de Palmares que marcou a luta pela independência dos negros. Ora a figura de Antonio Conselheiro, um exemplo que marcou o grande acampamento da história desse país. Sempre as figuras. A figura de Julião das Ligas Camponesas. Sempre teve essas figuras no meio rural. Ora Lampião com o cangaço. Enfim, essa é a história nossa, de sempre ser marcada por pessoas. O povo é construído assim. O povo brasileiro é assim.<sup>12</sup>

As questões apontadas pelo entrevistado assemelharam-se à leitura positivista dos mitos e heróis imposta pelos jornais regionais e de circulação nacional ao interpretarem a figura desse agente social como o explicativo do MST na região e no país. Tais interpretações buscavam tornar as pessoas comuns e as suas lutas reféns da personalização,<sup>13</sup> visando diluir seus saberes em face do poder da liderança. Como contraponto a essa questão, práticas foram construídas cotidianamente pelos camponeses, na luta pela “terra de trabalho”, quando da conquista de inúmeras áreas de assentamentos, remetendo a um sentido muito maior que o de “massa” de manobra.

Essa é uma das grandes riquezas e, ao mesmo tempo, a inovação que o Movimento Sem Terra trouxe para o cenário de lutas do campo e cidade. Na prática cotidiana dos assentados, quando na “terra de trabalho” ou mesmo na participação em ações extraordinárias, como ocupações de terra ou de prédios públicos, entre outras, homens, mulheres, jovens, idosos e crianças foram (e são) os seus componentes, a sua força, dando-lhe a face,

---

<sup>12</sup> ENTREVISTA. José Rainha. Teodoro Sampaio, 30/06/2003.

<sup>13</sup> Marcondes Filho (1989, p. 46) observa que “A personalização da notícia conduz, assim, tanto ao endeusamento quanto à execração *individualizada* dos agentes sociais, mantendo seus verdadeiros suportes, as classes e agrupamentos estruturais maiores, totalmente distantes dos fatos e de suas implicações. A política torna-se o espaço das idiosincrasias pessoais, das causações subjetivas, dos humores deste ou daquele político que age soberanamente na vida política”. (grifos do autor)

que, sendo dinâmica, ambígua, por vezes incomoda ao dificultar a conceituação: se movimento social, organização social, ou ambos amalgamados. Quanto a essa questão, Caldart (2000, p. 206) observou:

O MST continua sendo um desafio teórico para os estudiosos dos movimentos porque combina em sua atuação diversas características, que para muitos parecem inconciliáveis, como, por exemplo, ser ao mesmo tempo um movimento de massas e uma organização social, e outras parecer quase uma instituição; trabalhar com bandeiras de luta bem concretas e imediatas, ao mesmo tempo que atuar em uma perspectiva histórica e para ser uma organização duradoura. Ou seja, a experiência do MST sugere que nem sempre a realidade precisa apresentar-se tão polarizada como teoricamente ainda se continua olhando para ela.

Por construir a abordagem a partir das evidências e tê-las como premissa, busquei compreender como se foi configurando a imagem de José Rainha pelos campos do Pontal do Paranapanema e do Brasil, procurando evidenciar que, mesmo se fazendo presente em um número expressivo de relatos coletados a afirmativa de que “graças a Deus e ao Zé Rainha conquistei esta terra”,<sup>14</sup> foi possível compreender o fazer-se<sup>15</sup> das lutas desses homens e mulheres, fundamentado mais no desejo de ser camponês e movimento do que na constituição e sustentação do “mito”.

O histórico de José Rainha Jr. é carregado de processos judiciais a partir de acusações, como formação de bando armado e quadrilha; fomento

<sup>14</sup> Sem ser indagado a respeito de José Rainha, afirma Seu José ser “a favor do Zé Rainha”, pois, “se não fosse ele ter lutado pela gente, não ia existir ninguém aqui. Ele, como é do movimento, e todos eles; se não fosse ele não existia ninguém aqui”. ENTREVISTA. José. São Bento, setor I, 07/05/2002.

<sup>15</sup> Para a discussão do fazer-se dos movimentos sociais, utilizei E. P. Thompson e seu conceito de “experiência”, ao afirmar que são os homens e mulheres que fazem a história, tanto pelo pensamento como pelo ser social. Em suas palavras: “A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modos diversos sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença”. (1981, p. 17)

Maria Celma Borges

a furto e morte de gado; recepção e porte ilegal de armas; cumplicidade em assassinatos na fazenda Ypuera, no município de Conceição da Barra, Espírito Santo; incentivo à violência no Pontal, entre outras. Algumas dessas acusações derivaram em prisões, como a de junho de 2003, por porte ilegal de armas, após ser baleado por um fazendeiro no Pontal. A perseguição judicial e a permanência na clandestinidade marcam a sua história de vida.

Foi em meio à preparação das muitas ocupações da fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, que José Rainha chegou ao Pontal. Contou, em sua entrevista, que, para aportar naqueles campos, por muitos outros havia passado e por outras experiências na Igreja Católica e em Sindicatos, “articulando o Movimento”:

Minha trajetória de luta, que a gente teve pra chegar aqui, tem um longo caminho. Primeiro eu comecei bem antes do Movimento Sem Terra, em 78, com as Comunidades Eclesiais de Base, do Frei Betto, ali no município de Linhares, no Espírito Santo. Depois eu fui na articulação do movimento sindical, no início dos anos 80. Fiz parte da diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais, em Linhares. Eu ingressei já na fundação do PT em 82, ajudando a fundar o PT. Depois na diretoria do sindicato pra ajudar na fundação da CUT no Estado, tanto da pró-CUT em 81, Praia Grande, depois em 83 em São Bernardo do Campo, quando a gente fundou a CUT, e vim fazendo a minha militância dentro do movimento sindical. Em 85, 84 eu vou conhecer os primeiros companheiros do Movimento Sem Terra, e a gente vai então articular o Movimento Sem Terra, que é pra fundar o MST. Então, a gente fazia a luta pela reforma agrária, que é uma bandeira que tinha dentro do sindicato. Em 85 é fundado o movimento. Eu vou pro Movimento Sem Terra, vou pra diretoria, se articular no Estado. Em 86 eu vou pro Nordeste, vou articular o MST no Nordeste que então não tinha. Então eu trabalhei em todo o Nordeste, na Bahia, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí. Eu fui morar em Imperatriz. E desde 86 até 91, eu fiquei articulando. Um pouco morava num estado, outro em outro. Fui pro sul do Pará, ajudei a articular. E em 91, com a situação de repressão muito forte no estado do Maranhão, eu tive que deslocar então. A direção nacional deslocou pra São Paulo, pra ficar um período nessa região. Vim pro Pontal, cheguei em 91.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> ENTREVISTA. José Rainha. Teodoro Sampaio, 30/06/2003.

O jornal *O Imparcial*, ao narrar a primeira ocupação da fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema, em 1991, primeira de que Rainha participou na região, assinalou: “As lideranças também não são as mesmas. Agora quem lidera o movimento é José Rainha Júnior, um capixaba que chegou à região muito recentemente, especialmente para organizar esta invasão e outras que podem suceder”<sup>17</sup>. Como se pode depreender dessa fonte, já se constituía, pela imprensa regional, seguida da nacional, a visão de que essa liderança era o todo do MST. Visava-se destituir, com isso, o processo de lutas e de agentes sociais que configuravam (e configuram) as práticas na região, desde a ocupação da fazenda Nova Pontal, em 1990.

Conforme essa matéria: “A organização da invasão é muito planejada e sub-lideranças respondem pelas áreas da saúde, economia, higiene, recreação e trabalho”. Termos como “sublideranças” buscavam imprimir a visão de que o “líder” era quem as comandava. Hierarquizava-se a organização, perdendo-se de vista o espaço de formação coletiva nos diversos grupos, ao mesmo tempo em que se personalizava o líder, numa prática comum à tentativa de desqualificação dos saberes dos camponeses, já que são vistos como incapazes de organizarem-se, a não ser por meio de “mandatários”.

Numa outra matéria, publicada no mesmo número desse jornal, acentuava-se:

José Rainho [*sic*] é um dos dirigentes nacionais do MST, e toda a organização das famílias dentro do acampamento é comandada por ele. A exemplo da estrutura verificada na época por nossa reportagem, na Nova Pontal, as famílias são divididas e recebem ordens de grupos comandantes de várias áreas, como saúde, economia, higiene, recreação, trabalho, etc.<sup>18</sup>

Entre 1992 e 1995, foram inúmeras as práticas do MST pelos campos do Pontal. José Rainha despontava em meio às ocupações como grande

<sup>17</sup> FAZENDA de ex-prefeito prudentino é invadida. *O Imparcial*. Presidente Prudente, n. 12.233, 24/03/1991, p. 1.

<sup>18</sup> SEM TERRAS invadem fazenda em Mirante. *O Imparcial*. Presidente Prudente, n. 12.233, 24/03/1991, p. 13.

articulador das lutas, mas, ao mesmo tempo, conforme o representava a mídia, como aquele que contribuía para que os holofotes se voltassem para ele. Em abril de 1995, em matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, já se enunciavam os germes do que viria a tornar-se a imagem de José Rainha, ultrapassando fronteiras regionais e até mesmo nacionais. Em entrevista ao jornal, dizia Rainha que iria “assentar 20 mil famílias no Pontal”.<sup>19</sup> Na linguagem da *Folha*, a força do enunciado “vou assentar” condizia com a personalização da luta.

Em meados dessa década tornaram-se costumeiras as imagens de Rainha estampadas nas primeiras páginas dos jornais regionais e de circulação nacional. Os olhares fotográficos, aliados à escrita jornalística, tomavam-no como ângulo nos palanques e discursos. Sabe-se da intencionalidade das imagens e que não há uma pureza no foco ou na retina do fotógrafo, nem muito menos nos textos jornalísticos, como em qualquer outra fonte. As imagens veiculadas não foram criadas exclusivamente pela imprensa – a não ser que tenha sido feita a montagem –, todavia o olhar daquele que as elaborou fez que se produzisse (ou reproduzisse) o que se almejava enunciar.

José Rainha, ao narrar a atuação do MST no Pontal, observou que, nos anos 1990, as ações deram certo não pela influência da mídia, mas por toda uma história que, sendo desnudada na luta pela terra, pôde demonstrar o histórico de grilagens da região. Mas, bem se sabe que a história da questão agrária brasileira é marcada pela expulsão dos camponeses da terra. O histórico de lutas não é um dado novo para o Pontal. Compreendo, então, que talvez a história da região tenha se somado ao fato de os olhares se voltarem para essa localidade, por ter surgido ali o MST, unindo forças às outras ações já existentes num lugar em que se comprovava juridicamente, em última instância, a existência de terras devolutas. Ao mesmo tempo em que não se pode compreender a mídia como o sujeito exclusivo das ações, não se pode

---

<sup>19</sup> LÍDER sem-terra quer fazer o maior assentamento do país. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10/04/1995.

negar o peso impresso na veiculação das imagens e na exposição de um espaço carregado de conflitos. Sobre essa questão, assinalou Rainha:

Por que o movimento dá certo em alguns lugares e não dá no outro, dá problema? Por que deu certo no Pontal? E está dando certo. Por que o Pontal hoje destaca em nível nacional? Não é pela mídia, é pela uma história, é pela coerência de um trabalho. É pela prática que você tem e que foi chamando atenção pro grande problema, e a gente conseguiu colocar isso no cenário nacional. Terras públicas, latifúndios. Aqui tem cem anos de latifúndio atrasado, feudalismo aqui. A mentalidade dos fazendeiros no Pontal é igual dos franceses há duzentos anos atrás, no feudalismo. É igual. O poder judiciário é do mesmo jeito. A polícia do mesmo jeito. Essa gente é assim.<sup>20</sup>

A prática da “coerência de trabalho” do MST também não era um elemento que dizia respeito exclusivamente ao Pontal. É possível, então, pensar no dado do “grande filão de terras”, como salientou Mineirinho,<sup>21</sup> mas não se pode negar a fabricação das imagens por meio da mídia. Um exemplo disso foi a novela “O Rei do Gado”, produzida pela Rede Globo e veiculada no ano de 1996, numa clara apologia a José Rainha por meio do personagem encenado por Jackson Antunes. Configurava-se aí mais um dos espaços de exposição dos sem-terra, centrada na personificação das lideranças.

Na entrevista com José Rainha, indaguei-o sobre como via a questão do “mito” em torno de sua figura. A sua fala revelou que, além do olhar fotográfico e da imprensa escrita e televisiva em torno dele, aquela visão que tecia para si mesmo também contribuiu para a formatação dessa imagem:

Eu sempre digo duas coisas, liderança e história não é título que se dá a ninguém, ou você tem, ou não tem. Ele é forjado numa luta concreta. Não vem de uma luta, vem de uma história

<sup>20</sup> ENTREVISTA. José Rainha. Teodoro Sampaio, 30/06/2003.

<sup>21</sup> ENTREVISTA. Mineirinho. Che Guevara/Santa Clara, 11/03/2001.

Maria Celma Borges

de movimentos sociais. Quando eu vim pro Pontal, claro, o que a mídia fez? O que a mídia fez foi colocar aquilo que você tava fazendo no cenário nacional, porque aquilo que a gente já estava fazendo era construção. Quando a gente pegou, a gente pegou a continuidade de uma história.<sup>22</sup>

Ao pronunciar-se como sujeito “indeterminado”,<sup>23</sup> em seu relato, contribuiu para a leitura do “mito”, daquele que, pela “liderança nata”, ultrapassara os campos do Pontal para ter o reconhecimento nacional e internacional:

[...] destaca as lideranças, por causa da história, né? Então, o Rainha é um, o João Pedro é outra [...] e tem várias outras lideranças que vão se fazendo. Mas é claro que a figura sempre fica marcada. Está no estilo de ser, porque nem todo mundo é igual. Então é um pouco é isso. O Rainha é um pouco esse cara comunicativo, entendeu? Ele é falador. Mesmo nas assembléias de base, das Cebs de 78 eu era assim. E esse jeito eu acho que marcou muito. [...] Vou falar do Movimento Sem Terra no Pontal, as pessoas ignoram. É falar do Zé Rainha, por quê? Porque fala dessa figura, um pouco controversa do meio do povo, e que é do povão, sem sabedoria intelectual, porque até muito conhecimento muito pouco de filosofia, mas uma coisa eu aprendi falar: a linguagem do povo. É essa que eu aprendi a falar. E sempre guiado pela uma prática concreta. Eu nunca fui guiado por teoria.<sup>24</sup>

Alguns elementos, como os presentes em sua fala, que apontaram para a “ordem natural” da liderança, diferiram das práticas camponesas forjadas no “fazer-se” do MST, no brotar da militância e da direção no processo de ocupação, de organização dos acampamentos, trabalho de base, entre outros, a exemplo da sua própria história.

<sup>22</sup> ENTREVISTA. José Rainha. Teodoro Sampaio, 30/06/2003.

<sup>23</sup> Durigan contribui para esta reflexão, ao assinalar: “Embora gramaticalmente o sujeito seja simples, representado por um só núcleo, em ‘você’ e ‘a gente’, o efeito semântico produzido é de indeterminação. Nas duas ocorrências, há um deslocamento: Ao utilizar ‘você’, o locutor parece excluir-se da referência; porém, como esse pronome, no uso cotidiano, pode ser índice de indeterminação do sujeito, o enunciador deixa entrever duas vozes possíveis atravessando seu enunciado: a que exclui o eu e a que o inclui. Ao deslocar a referência para ‘a gente’, o enunciador recupera a segunda possibilidade e produz a ilusão de coletividade”. (2008, p. 26)

<sup>24</sup> ENTREVISTA. José Rainha. Teodoro Sampaio, 30/06/2003.

Em dezembro de 1996, o jornal *O Estado de S. Paulo* observava a possibilidade de aumento da violência para o ano seguinte no Pontal devido aos conflitos agrários:

O aumento da violência deve ser a principal característica da luta pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema durante o ano de 1997. A opinião é do principal líder do Movimento dos Sem Terra (MST) na região, José Rainha Júnior, que aponta a União Democrática Ruralista (UDR) como incentivadora do uso de armas [...] pelos fazendeiros, como forma de proteger as propriedades.<sup>25</sup>

Como previsto por esse artigo, o ano de 1997 trouxe o saldo de oito sem-terra feridos na ocupação da fazenda São Domingos, em Sandovalina – SP. Naquele mesmo mês, ocorreria a Marcha Nacional para Brasília, quando a sociedade se sensibilizou com o que acontecia pelos campos do país. Aliada à marcha, foi organizada uma exposição de fotografias de Sebastião Salgado, percorrendo inúmeras cidades brasileiras. Junto a essa atividade, ocorreu a publicação de um livro trazendo as fotos, com prefácio de José Saramago, e o CD intitulado “Terra”, com canções de Chico Buarque. Essas ações contribuíram para alicerçar o apoio ao MST, com alcance internacional.

Também naquele ano, em junho, estava marcado, na cidade de Pedro Canário, Espírito Santo, o julgamento de José Rainha, acusado de assassinar, naquele estado, em 1989, o fazendeiro José Machado Neto e o policial militar Sérgio Narciso. Evidenciava-se que quem estava sendo julgado não era Rainha, mas o MST, como se percebe em “A farsa do julgamento”: “O verdadeiro objetivo do julgamento não era apenas criminalizar a liderança de José Rainha, mas, antes de tudo, criminalizar todos os trabalhadores rurais sem-terra que ousam se rebelar contra o latifúndio”. (MST, 1997, p. 3)

A ampla veiculação desse julgamento contribuiu para desnudar a situação de violência sofrida pelos sem-terra, militantes e dirigentes do MST, a partir da “judicialização” da questão agrária, mas também para que Rainha se tornasse o centro catalisador das forças do movimento, a sua própria encarnação.

---

<sup>25</sup> MST PREVÊ aumento de violência no Pontal em 97. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 27/12/1996.

Maria Celma Borges

Destaco ainda um artigo de autoria de Fernando Gabeira, à época deputado federal pelo Partido Verde, ao analisar a marcha de 1997 e assinalar a inevitabilidade da reforma agrária no Brasil. Num texto poético, carregado de sentimentos, Gabeira dizia ter chegado a hora de realizar a reforma agrária, pois

De Julião a Rainha, muita água correu por baixo da ponte. Manuel da Conceição, que perdeu uma perna e sofreu com os militares [...] Julião, Conceição, Rainha acabarão se fundindo com as rugas dos lavradores curvados diante da terra, colhendo suas plantações. Esta página, estou seguro, será vivida na história do Brasil.<sup>26</sup>

Por mais que o texto represente o sinônimo da esperança, acabou por personificar as práticas na figura do “líder”, ao pontuar que, “de Julião a Rainha” e “Manuel da Conceição”, “muita água correu por baixo da ponte”. Tendo a água como metáfora, é possível objetivá-la ainda pelo fato de que muitas vidas foram silenciadas nessa luta, sendo impossível nomeá-las. Insisto ser preciso pensar o processo de lutas e a diversidade de sujeitos para além das denominações ou da personalização, buscando ultrapassar a leitura única do líder, seja Julião, Rainha ou Manoel da Conceição. Não se pode negar a importância desses líderes para o processo de lutas, entretanto não se deve limitar a leitura aos nomes e personagens. Importa, então, apreender as ações dos homens e mulheres de carne e de osso, indistintamente, em sua diversidade. Mais do que a fusão de Julião, Conceição e Rainha às “rugas dos camponeses curvados diante da terra”, talvez seja possível compreender as marcas de expressão sulcadas em milhares de faces da gente comum, nas ocupações, acampamentos, avenidas, praças, estradas, marchas, lutando, caminhando.... Marcadas ainda na labuta, na peleja diária para na terra permanecer, dando o significado ao que o MST representa ainda no tempo presente.

A imagem de José Rainha nos meados de 2000 tomava novo fôlego pelos campos do Pontal. Observou-se, naquele contexto, como estavam

---

<sup>26</sup> GABEIRA, F. Sem terra, sem ilusões, no coração do Brasil. *Folha de S. Paulo*. Ilustrada, 21/04/1997, p. 4.

sendo tecidas as negociações com o governo Mário Covas, a fim de conseguir verbas para a conclusão das obras da cooperativa do movimento. Naquele momento, o governador “[...] anunciou a liberação de R\$439 mil para calçamento do pátio do complexo industrial da Cocamp”. A matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* salientava:

Sempre acompanhado de José Rainha, Covas foi recebido festivamente pelos sem-terra. No entanto, em Teodoro Sampaio, houve protesto de um grupo de cerca de cem professores, que exibiam faixas e cartazes e gritavam palavras de ordem contra o governo estadual.<sup>27</sup>

No episódio da visita de Mário Covas, em trabalho de campo (BORGES, 2010) pude presenciar a proibição, por parte de alguns militantes e dirigentes do movimento, de que os professores da rede estadual tivessem acesso ao pátio da cooperativa para prosseguir com uma manifestação contrária ao governo do estado. É preciso observar que, naquele mês, o governo Covas reprimira duramente os professores em greve na Avenida Paulista, utilizando-se de policiais, cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. Esse acontecimento caracterizou novamente para a imprensa José Rainha como a síntese do MST, ao procurar mostrar como os militantes, “comandados” por ele, agiram frente à manifestação. Escondia-se, todavia, nas matérias veiculadas, quão indignados muitos desses militantes ficaram ao presenciar essa ação; a sua violência senão física, mas simbólica, já que representava a negação de uma história de lutas.

O trecho a seguir, retirado da fala de José Rainha, veiculado no programa de rádio apresentado pelo MST, na AM Universal Ltda, de Teodoro Sampaio, exemplificou a forma como esse personagem interpretou o acontecimento, não se dispondo, em nenhum momento, a rever o modo como ele se desencadeou. A responsabilidade do embate foi atribuída aos professores, considerados como “enxeridos”:

---

<sup>27</sup> FERREIRA, H. Covas destina R\$ 439 mil a cooperativa do MST. *O Estado de S. Paulo*, 25/07/2000.

Maria Celma Borges

[...] essa visita foi um convite do Movimento Sem Terra!! O governador veio ao Pontal visitar o movimento!! Visitar as instalações da cooperativa, a maior obra em projeto de reforma agrária no Brasil. Então, era um convidado nosso!! E quando a gente convida alguém para vir na nossa casa, então essa pessoa vem convidada, e o dono da casa, ele tem direito de convidar muita gente (inaudível). [...]. O convidado pode até convidar dez, mas o dono pode mandar onze embora. Me parece que em Teodoro Sampaio teve gente que não entendeu direito que eles não era convidado pra lá para aquela programação. Então, foram de enxerido. Nós sentimos isso aí. Mais do que enxerido, se meter em convite dos outros na programação. Quiseram ir na festa dos outros fazer gracinha. Lugar de fazer gracinha deve ser na casa dele ou em circo. Como nós não temos circo, nós temos um projeto político pra discutir, as pessoas que foram lá com decência, com respeito, com educação a tratar desse assunto da vinda do senhor governador, nós tratamos com respeito, educação. E a gente também hostilizou, não sentiu muito bem com alguém que não era convidado e queria se dar ao luxo pra ir na nossa casa e falar dentro da nossa festa, da nossa casa, querer botar opinião no tempero da nossa farofa.<sup>28</sup>

Valter, militante e direção do MST na região nos anos 1990, ao ser indagado quanto a José Rainha sobrepor-se em determinados momentos ao MST, relatou o debate da organização nos primeiros anos de intensificação das lutas e observou que a projeção de Rainha havia sido pensada pelo movimento, entretanto a imagem tornara-se fugidia, fazendo que o “mito” encontrasse espaço:

Em 93, aliás, nós discutíamos isso. Nós precisávamos de um nome para que fosse referência nossa, para nos direcionar... Mas a mídia fez que Zé Rainha se transformasse em um mito. Se você me pergunta se isso é bom para a organização, para você vou falar que não. Isso não é bom para a organização, porque personaliza muito uma pessoa. Isso é uma questão natural. Nós somos muito vaidosos, está certo. Quando você é apompado, você é tietado, aquela tietagem em torno de você. Isso aconteceu com o Zé, sabe, é você achando que está sobre a organização. E tudo aquilo que você acha que está sobre a organização é ruim para a organização.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Transcrição da gravação do Programa da rádio AM Universal Ltda, veiculado em 30/07/2000, Teodoro Sampaio, SP.

<sup>29</sup> ENTREVISTA. Valter. Teodoro Sampaio, 01/05/2002.

### **Maior que o mito ... o desejo da “terra de trabalho”**

Discorrendo sobre o mito impresso pela mídia, ou seja, a maneira como se buscou formatar determinada imagem, Cledson, em entrevista, observou:

[...] acaba colocando mais uma meia dúzia de pessoas [...] Então fica igual um baralho, quem dá as cartas são marcados pros inimigos, tanto pro Governo e tanto pra polícia; é mais fácil porque só quem recebe intimação é esta meia dúzia; [...] são os companheiros que a imprensa fala que é liderança e coloca o nome lá em cima, cria o mito pra sociedade. Agora considero eu e todos os companheiros do Movimento Sem Terra militantes da Reforma Agrária, militantes do MST.<sup>30</sup>

Perguntei a esse entrevistado se os camponeses, acampados e assentados na região, reproduziam o que os jornais regionais e outros meios de comunicação comumente apresentavam. Afirmou esse narrador que isso não ocorria, já que

[...] o nosso povo que está nos acampamento e assentamentos, eles não dão nome: liderança, dirigente, isso ou aquilo. Eles dão muito valor ao local da referência. Porque se você coordena um acampamento, coordena mais um ou dois militantes, essas pessoas se viram, se tornam uma referência pro povo; agora pro povo que está na cidade, eles têm a mesma compreensão dos meios de comunicação, porque todo dia passa liderança fulana de tal, isso ou aquilo.<sup>31</sup>

Em um reverso a essa afirmativa, sugiro o olhar para os trechos a seguir, buscando compreender o peso impresso pela mídia como formadora de opinião. Tento evidenciar, após a exposição de parte de alguns relatos, como se deu essa conformação de imagens nos anos 1990. Mas esse olhar, no meu entender, não se limitou ao “mito”, ao “Moisés”, mas se estendeu à percepção de que era possível uma

---

<sup>30</sup> ENTREVISTA. Cledson. Teodoro Sampaio. Secretaria do MST, 08/03/2001.

<sup>31</sup> Idem.

Maria Celma Borges

representação partilhada: era o desejo da terra, sua conquista, a síntese da representação, e não o inverso:

Muita gente por aí fala do seu José Rainha. Mas não sabe o homem que ele é. Se todo mundo parasse pra pensar; José Rainha é o segundo Moisés que existiu no mundo. Você lembra do Moisés do Mar Vermelho lá, né? Então eu acho que eu considero o Zé Rainha o segundo Moisés, que sacrifica por nós aqui, muitas vezes eu vi cara combinando de, pra cercar, pra matar. E esse homem não tinha medo. Nós: ‘Mas seu Zé, senhor vai?’ ‘Vou. Vamos lá’. Junta ele no meio de nós, chegava lá, polícia pra prender ele. Aí, ‘cadê José Rainha?’ ‘Não tá aqui, não’; e ele junto com nós, os que vinha era estranho, não conhecia, não conhecia. E perguntava pra nós, e alguns falava: ‘não, não tá aqui não’. E ele junto, né?<sup>32</sup>

Aí o Zé Rainha [...] nós deve muito a vida ao Zé Rainha, ele merece todo o meu respeito e a minha consideração, se não fosse ele nós não tava aqui, ele é um homem de coragem, homem de força, inteligente. Aí ele falou: ‘gente, vamos pra beira da linha acampar lá, lá eles não tira nós não, lá nós fica toda vida’.<sup>33</sup>

Em outro relato, torna-se evidente a ambiguidade das representações camponesas. Indagado como era a organização das lutas, seu José, assentado no São Bento, primeiro relacionou aqueles que ele considerava “cabeças” do movimento, para, em seguida, diferentemente, expressar a importância “da luta nossa” e a do movimento:

Se não fosse a luta nossa, ninguém ganhava não, só eles sozinhos não iam ganhar a luta, se não fosse a gente também lutar também não saia a terra, quer dizer que entre o Movimento e a nossa luta, porque quando o Zé Rainha dizia: ‘Vamos fazer uma ocupação ali.’ Nós ia. Se fosse (inaudível) nós ia, ‘Vamos entrar na fazenda’. Entremos. Quantas vezes entremos na fazenda São Bento? Houve tiroteio contra a gente, nego atirou na gente, e nós não tava nem aí, saía, nós voltava no outro dia, foi desse jeito.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> ENTREVISTA. Ronaldo. São Bento, setor II, 02/05/2002.

<sup>33</sup> ENTREVISTA. José. São Bento, setor II, 02/05/2002.

<sup>34</sup> Idem.

Outro assentado, narrando o trajeto por entre inúmeros acampamentos até chegar à posse da terra, observou como se deu a organização: “[...] não tinha Zé Rainha esse tempo mais nós; Zé Rainha [...], tinha outros. Aí Zé Rainha chegou. Aí depois inventou aqui a São Bento. Trouxe nós aqui na São Bento”.<sup>35</sup> Termos ou construções como “inventou” e “trouxe nós” sinalizaram, na fala de seu Francisco, o poder do líder que, conseguindo inventar, foi capaz ainda de “trazê-los” para a luta. Não se pode negar o “carisma” de José Rainha, mas o que se apreende das histórias não é a constituição do mito, e sim a de agentes da luta, pelas suas ações, e o fazer-se do coletivo, bem como a permanência na luta e na terra pelas ações partilhadas junto ao movimento.

As evidências históricas encontradas pelos campos do Pontal, a exemplo das entrevistas (BORGES, 2010), possibilitaram apreender que fazedores de história junto a José Rainha foram os Joãos, Josés, Franciscos, Pedros, Marias, Neuzas, Antonias, Dalvas, Creusas... Destoando da afirmativa da imprensa regional e nacional, a referência ao MST como organização e movimento social foi maior que a figura do “líder”.

### **Algumas considerações**

Diferentemente do que pretenderam os meios de comunicação, como os jornais e revistas relacionados neste texto, e mesmo José Rainha em determinados trechos de suas entrevistas, a compreensão do ser sujeito, povo em movimento, confrontou-se com a leitura do líder, visto como o condutor do processo de lutas. Ambigualmente, no decurso das entrevistas, essa visão, se presente nos relatos de parte dos camponeses, foi aos poucos dando espaço para as práticas de luta partilhadas nas suas diversas formas, conduzidas pela organização, mas também pelos demais sujeitos do MST,

---

<sup>35</sup> ENTREVISTA. Francisco e Maria. São Bento, setor I, 05/05/2002.

Maria Celma Borges

fazendo emergir a força que os fez (e faz) caminhar por mais de vinte e cinco anos. Explicitava-se aí o desejo da terra de trabalho e das transformações sociais, como práticas da história das lutas camponesas na região. A luta pela terra de trabalho e morada da vida foi sinônimo da identidade e da alteridade dos sujeitos, em ações construídas junto ao MST, mais forte e enraizada do que a personalização da liderança. Essas questões tornaram-se perceptíveis quando era indagado o significado do movimento:

[...] o Movimento, eu acho bom, porque se não tivesse o Movimento, eu não tava aqui hoje, por que eu sozinho não ia enfrentar boca quente, igual nós enfrentemos ali, não. Enfrentemos tiro lá onde que [...] nós entremos ali na São Bento, ali teve tiro e não foi pouco não. Se não fosse o Movimento nós não estaria aqui tudo com o nosso pedacinho de terra.<sup>36</sup>

O que ele era no início é até hoje. Hoje eu tenho orgulho porque a gente quando tocava arrendamento eu sempre sonhava em ter um sítio, mas naquele tempo era muito caro, então eu já tinha perdido até a esperança, agora depois que surgiu o Movimento Sem Terra eu passei a ganhar a terra, graças a Deus eu tenho essa terra a favor do Movimento porque se não fosse ele até hoje eu não tinha nada [...].<sup>37</sup>

Nos relatos dos camponeses pode-se observar que, para além do mito de José Rainha, o saber da “terra de trabalho” tornara-se muito maior, pois estava fundamentado no que os homens e mulheres assentados entendem como um direito costumeiro: o solo para a produção de alimentos e o sustento da família. A luta para a conquista da terra junto ao MST, sendo um instrumento de transformação, tornou-se também referência para o presente e futuro na “terra de trabalho”. Lutas em outras frentes, as quais não se limitaram ao espaço da produção, já que estão presentes desde a ocupação do espaço da memória – no relembrar dos tempos de outrora – às práticas empreendidas pelo movimento ainda no tempo de coleta das entrevistas. Assim, muito mais do que o mito e “para além do mito”, o que

---

<sup>36</sup> ENTREVISTA. Geraldo e Severina. São Bento, setor I, 07/05/2002.

<sup>37</sup> ENTREVISTA. Givaldo. Che Guevara/Santa Clara, 02/06/2001.

se apresentou pelos campos do Pontal foram histórias e memórias partilhadas, construídas na vontade de ser e permanecer camponês e no desejo, particularmente pela organização, da transformação social. Trata-se, então, de memórias vividas em diversos tempos: de perdas, vitórias, esperanças, alegrias.

Por fim, é preciso observar que não sendo mais autorizado a falar pelo MST, desde 2007, José Rainha Jr. organizou, a partir do Pontal, o movimento MST pela Base. Os fatos recentes divulgados pela mídia impressa e televisiva, no mês de junho de 2011, sobre a sua prisão e de outras oito pessoas, acusadas de “desvio de dinheiro da Reforma Agrária”, a partir da operação “Desfalque”, da Polícia Federal, demonstram, de certa forma, a que ponto as alianças tecidas junto ao capital acabam por desvelar a fragilidade da “criatura”. Desvelam ainda os rumos de uma história que, ao distanciar-se do “criador”, emaranhou-se pelos caminhos do “mito” e de interesses outros.

### **Bibliografia**

- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opin. Publica* [online]. 2006, vol. 12, n. 1, pp. 88-113. ISSN 0104-6276. doi: 10.1590/S0104-62762006000100004.
- BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, 11 (31), 1997, p. 37-49.
- BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema-SP*. São Paulo: Annablume, 2010.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igrejas e Problemas da terra*. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.
- COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao*

Maria Celma Borges

- período neoliberal. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp.
- DURIGAN, Marlene. A categoria de pessoa e a função de sujeito. In: *Subsídios à expressão oral e escrita: tópicos de linguagem jurídica*. Três Lagoas: UFMS, 2008, p. 25-29. (mimeo)
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GORGÜEN, Frei Sérgio. História da Luta pela Terra. *Caderno de Formação* n. 02. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Rio Grande do Sul, s/d.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989.
- MST. *A farsa do julgamento – sobre o julgamento de José Rainha Júnior*, em Pedro Canário – ES . Setor de Direitos Humanos, Junho de 1997.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.